



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 20ª Reunião Extraordinária da Câmara de Atividades Minerárias - CMI, realizada no dia 26 de janeiro de 2018, às 9h., na Rua Espírito Santo, 495, 4º andar - Plenário do COPAM/CERH-MG, Centro, Belo Horizonte/MG, a saber: 4. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 4.1 Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro - Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas/MG - PA/Nº 00472/2007/008/2015 DNPM nº 830.359/2004 - Classe 6. Apresentação: SUPPRI e SUPRAM JEQ. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. Aprovada a alteração das condicionantes nº 33, 34, 37 e 39 do Parecer Único, passando a vigorar com as seguintes redações:**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
33	Cumprir os Protocolos de Intenções e demais instrumentos decorrentes, assinados em dezembro de 2017 junto aos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas no âmbito das discussões do processo de Licenciamento do Projeto de Extensão da Mina do Sapo - Etapa 3.	Conforme cronograma do Protocolo de Intenções
34	Cumprir as obrigações e medidas compensatórias estabelecidas, em anexo, à Autorização concedida em 05/12/2017 pelo Conselho Gestor do Monumento Natural da Serra da Ferrugem, independentemente da assinatura de instrumentos específicos com o município de Conceição do Mato Dentro, exceto quando expressamente previsto no Anexo da referida Autorização.	Conforme cronograma estabelecido na Anuência
37	Apresentar novo Programa de Educação Ambiental - PEA conforme diretrizes estabelecidas na Deliberação	De acordo com a DN COPAM nº 214/2017



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

	Normativa Copam nº 214 de 2017.	
39	Custear a contratação e disponibilizar Assessoria Técnica Independente e multidisciplinar, a ser escolhida por cada comunidade, a fim de subsidiar a participação ampla e informada de todas as comunidades em todos os planos, programas e ações de responsabilidade do empreendedor junto às comunidades que sofreram ou sofrerem algum dano ou que tenham seu modo de viver afetado pelo empreendimento, devendo contemplar, no mínimo, as comunidades de Água Quente, Beco, Turco, Cabeceira do Turco, Córregos, Gondó, Itapanhoacanga, Passa Sete, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), São José do Jassen, São Jose do Arruda, São José da Ilha e Taporoco.	60 (sessenta) dias após a escolha e aprovação da Comunidade

Aprovada a inclusão de novas condicionantes com as seguintes redações:

Descrição da Condicionante	Prazo*
Custear a contratação de serviço de auditoria externa e independente para monitoramento dos impactos do empreendimento sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, com duração de 5 (cinco) anos, passível de renovação, bem como para o acompanhamento da recuperação do córrego Passa Sete até a sua efetiva revitalização.	90 (noventa) dias após a concessão da LP+LI
As intervenções previstas para os imóveis rurais sob os registros números 120, 130, 195 e 297, não poderão ocorrer antes da efetiva regularização do Cadastro Ambiental Rural - CAR, mediante a apresentação do recibo, que conste todas as matrículas do imóvel rural.	Antes de iniciar as intervenções.



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

Custear a contratação de diagnóstico, por instituição independente, nas comunidades para avaliação de características de tradiçõalidades, sendo a sua abrangência definida em termo de referência, a ser apresentado pela Semad ao empreendedor em 60 (sessenta) dias, para a sua execução.	240 (duzentos e quarenta) dias após a entrega do termo de referência.
Custear a contratação de serviço de auditoria externa e independente para análise geológica/geotécnica, referente à barragem de rejeitos e seus alteamentos, durante todo o período em que perdurarem as obras de alteamento, remetendo-se à Semad a informação de que o relatório está disponível junto ao Plano de Segurança de Barragem - PSB.	90 (noventa) dias após a concessão da LP+LI
Apresentar estudos de EPIC/REPIC (Estudo Prévio de Impacto Cultural e Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural) para manifestação dos conselhos municipais de patrimônio.	90 (noventa) dias após a concessão da LP+LI
Apresentar revisão do Programa de Convivência, de forma a abarcar os planos de negociação opcional, de solução de conflitos e de indenização por danos, considerando os parâmetros determinados pelo OF. SUPPRI. SURAM. SEMAD. SISEMA. nº. 111/17 e, ainda, as situações dos posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários, trabalhadores e herdeiros, com a previsão, inclusive, de revisão de eventuais aquisições para que se adequem aos critérios objetivos e coletivos do PNO.	90 (noventa) dias após a concessão da LP+LI
Apresentar programa de estruturação da Comunidade de São José do Jassém, contendo: avaliação de todos os impactos específicos sobre a comunidade, inclusive referentes àqueles ocasionados pela eventual realocação de população nas comunidades de Passa Sete e Água Quente; as medidas	240 (duzentos e quarenta) dias após a concessão da LP+LI



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

mitigadoras e estruturantes necessárias; estudos e processo de avaliação de permanência de impactos sobre a comunidade; inclusão dos residentes no plano de negociação, a depender das consequências dos impactos constatados para a comunidade.	
Custear a contratação de novo estudo, por consultoria independente e especializada, com o objetivo de aferir quais foram as comunidades efetivamente impactadas e se os impactos cumulativos decorrentes da operação do empreendimento desde a fase 1 foram majorados ou se surgiram novos impactos, bem como se existem impactos que não foram mitigados, que possam justificar inclusive uma possível realocação de eventuais atingidos.	120 (cento e vinte) dias após a Aprovação do Termo de Referência
Não realizar supressão das cavidades naturais subterrâneas CSS-0001, CSS-0002, CSS-0003, CSS-0004, CSS-0005, CSS-0006, CSS-0007, CSS-0007A, CSS-0008, CSS-0009, CSS-0010, CSS-0011, CSS-0012, CSS-0016, CSS-0023, CSS-0024, CSS-0025, CSS-0027, CSS-0029, CSS-0030, CSS-0068, CSS-0073, CSS-0076, CSS-0077, CSS-0080, CSS-0084, CSS-0089, CSS-0097, CSS-0098, CSS-0100, CSS-0101, CSS-0105, CSS-0111, CSS-0113, CSS-0114, CSS-0115, CSS-0116, CSS-0118, FSS-0043, FSS-0081, FSS-0155, FSS-0162 até que seja realizada a descrição formal dos novos táxons apresentados. O empreendedor deverá apresentar aceite (no prelo) de artigo em revista ou periódico reconhecido pela comunidade acadêmica da descrição científica formal dos táxons novos encontrados ou apresentar um laudo do especialista confirmando a existência de caracteres que se repetem, comprovando que os indivíduos de cada grupo pertencem a	Antes da supressão das cavidades



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva

uma única forma taxonômica, e que não representem troglóbios raros, endêmicos ou relictos, conforme § 2º, do artigo 18 da IN MMA Nº 02/2017.	
Não realizar intervenção na área de influência das cavidades existentes na ADA até que seja apurada a existência ou não do atributo “relevância histórico-cultural e religiosa” pelo IPHAN.	Antes da supressão das cavidades
Custear a contratação de instituição independente, após consenso entre as partes acerca da escolha, para o levantamento e valoração dos danos materiais e imateriais. Os estudos deverão contar com metodologia adequada e a participação das comunidades atingidas para a caracterização das perdas e danos ao longo do processo de licenciamento ambiental, o que inclui a produção, modos de vida, atividades costumeiras, redes e laços de solidariedade entre outros aspectos.	240 (duzentos e quarenta) dias após a concessão da LP+LI
Apresentar a comprovação do cumprimento das condicionantes aferidas no âmbito da anuência para supressão de vegetação da Mata Atlântica, expedida pelo Ibama.	Anual
Estudar e apresentar alternativas de disposição de rejeitos que dispense a utilização de barragens de rejeitos ou, pelo menos, que reduza esta forma de disposição, de maneira que não sejam realizados novos alteamentos além daqueles apresentados na LP original ou novos barramentos para disposição de rejeitos para todo o período operacional do “Step 3” da Mina do Sapo	Em até 5 (cinco) anos

Renato Teixeira Brandão

Diretor de Gestão de Resíduos da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM e
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias - CMI